



A

7

**DATA DA REUNIÃO:** VINTE E TRÊS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOZE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.**-----

**VEREADOR PROF. JOSÉ CARLOS RIBEIRO FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZ HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** ONZE HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----



**SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Para conhecimento da atividade da câmara municipal o presidente da câmara municipal deu conhecimento dos seguintes despachos:-----

1. Despacho de quatro do corrente mês de janeiro, que designou o Prof. José Carlos Ribeiro Ferreira vereador em regime de permanência, a tempo inteiro;-----

2. Despacho da mesma data que redistribuiu pelos senhores vereadores em regime de permanência funções de coordenação em diversas áreas de gestão municipal;-----

3. Despachos de nove do corrente mês de janeiro de delegação e subdelegação de competências nos vereadores Eng.<sup>a</sup> Ana Maria Moreira Ferreira, Dra. Júlia Odete de Paiva Moinhos Costa, Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado e Prof. José Carlos Ribeiro Ferreira.-----

Anexa-se cópias dos despachos referidos nos pontos 2 e 3 à ata da presente reunião.-----

## Despacho

### **Áreas de Gestão Municipal**

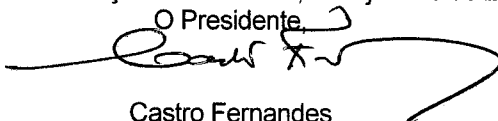
Atenta a diversidade e amplitude das áreas de atuação da câmara municipal, que me compete coordenar, decido, ao abrigo do disposto no artº 58º, nº 4, da Lei 169/99, de 18 de setembro, distribuir pelos senhores vereadores designados em regime de permanência as funções de coordenação relativas às áreas de gestão municipal a seguir referidas.

O presente despacho substitui o meu despacho de 11 de novembro de 2009.

CARGO	ÁREAS DE GESTÃO MUNICIPAL
<b>Presidente da Câmara Municipal</b> <b>Eng. Castro Fernandes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento Económico</li> <li>- Finanças</li> <li>- Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente</li> <li>- Habitação</li> <li>- Obras Municipais</li> </ul>
<b>Vereadora e Vice-Presidente</b> <b>Engª Ana Maria</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Finanças (em articulação com a Presidência)</li> <li>- Educação</li> <li>- Ligação às Juntas de Freguesia e Assembleia Municipal</li> <li>- Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento</li> <li>- Obras Particulares (em articulação com a Presidência)</li> </ul>
<b>Vereadora</b> <b>Dra. Júlia Godinho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cultura e Relações Internacionais</li> <li>- Acção Social e Saúde</li> <li>- Protecção Civil e Defesa da Floresta</li> <li>- Defesa do Consumidor</li> <li>- Contra-Ordenações</li> <li>- Recursos Humanos (nas matérias expressamente delegadas)</li> </ul>
<b>Vereador</b> <b>Dr. José Pedro Machado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Turismo</li> <li>- Serviços Urbanos <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mercados e Feiras</li> <li>- Espaços Verdes</li> <li>- Higiene e Limpeza</li> <li>- Cemitérios</li> </ul> </li> </ul>
<b>Vereador</b> <b>Dr. José Carlos Ferreira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desporto</li> <li>- Juventude</li> </ul>

Santo Tirso e Paços do Concelho, 4 de janeiro de 2012

O Presidente,



Castro Fernandes

# DESPACHO

## Delegação de competências na vereadora Eng<sup>a</sup> Ana Maria Moreira Ferreira

Na sequência do meu despacho de quatro do corrente mês de janeiro que redistribuiu pelos vários vereadores em regime de permanência funções de coordenação relativamente a algumas áreas de atuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude das áreas de atuação da câmara municipal, que me compete coordenar;-----

Considerando que na adoção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Ao abrigo do disposto nos artigos 58º, n.º 4 e 69º, nºs 1 e 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, delego e subdelego competências na vereadora Eng<sup>a</sup> Ana Maria Moreira Ferreira, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, nos termos legais, nos termos que passo a enunciar:-----

### **I. COMPETÊNCIAS SUBDELEGADAS:**

- a) Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da assembleia municipal;-----
- b) Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis nos termos da lei;-----
- c) Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do município;
- d) Elaborar e aprovar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação;-----
- e) Elaborar os documentos de prestação de contas, a submeter à aprovação da câmara municipal e à apreciação do órgão deliberativo;-----
- f) **Em matéria de realização de despesas públicas e da contratação pública (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro):**

1. Praticar os atos a seguir referidos, cuja estimativa / preço base / preço contratual do valor global do respetivo contrato seja superior a 149 639,37 € (30 000 contos) e inferior ou igual a 748 196,85 € (150 000 contos), quando tais atos digam respeito a contratos de locação ou aquisição de bens móveis



e aquisição de serviços, com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e avença previstos no artigo 35º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro:-----

**1.1** Tomar a decisão de contratar prevista no n.º 1 do artigo 36º do referido Código;-----

**1.2** Aprovar as peças dos procedimentos de formação dos contratos;-----

**1.3** Decidir sobre a escolha do procedimento de formação dos contratos;-----

**1.4** Designar o júri do procedimento, nos termos previstos no artº 67º do mesmo Código, e designar peritos ou consultores para o apoiarem, de harmonia com o previsto no n.º 6 do artº 68º;-----

**1.5** Proceder à decisão sobre retificação de erros e omissões das peças do procedimento, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artº 50º;-----

**1.6** Pronunciar-se sobre os erros e as omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados nos termos do n.º 5 do artº 61º;-----

**1.7** Decidir prorrogações do prazo fixado para apresentação das propostas, de harmonia com o previsto no n.º 4 do artº 64º e nos termos legalmente previstos;-----

**1.8** Decidir sobre a classificação de documentos, nos termos previstos no artº 66º, e promover a respetiva desclassificação, nos termos da mesma norma legal;-----

**1.9** Notificar o adjudicatário para os efeitos previstos no n.º 2 do artº 77º;-----

**1.10** Nos procedimentos por ajuste direto, tomar a decisão prevista no n.º 1 do artº 126º - exigir ao adjudicatário a apresentação de documentos de habilitação;-----

**1.11** Notificar os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do artº 85º do mesmo Código;-----

**1.12** Aprovar as minutas dos respetivos contratos, notificá-las aos adjudicatários e decidir as reclamações apresentadas sobre as minutas dos contratos, tudo nos termos dos artigos 98º e seguintes do referido Código;-----

**1.13** Prorrogar o prazo fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades, nos termos previstos no artº 92º;-----

**1.14** A competência para autorizar a dispensa de redução do contrato a escrito, nos casos previstos no n.º 2 do artº 96º.-----



**2. Praticar os atos a seguir referidos, no âmbito da execução dos contratos de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, plenamente eficazes, relativamente a todos os contratos cujo valor caiba originariamente na competência da câmara municipal para autorizar a despesa:-----**

**2.1 Autorizar a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos previstos nos artigos 316º e seguintes;-----**

**2.2 Considerar perdida a favor do município a caução prestada pelo adjudicatário, nos termos legalmente previstos;-----**

**2.3 Promover a liberação da caução, nos termos legalmente previstos;-----**

**2.4 Exercer os poderes do contraente público previstos no artº 302º do mesmo Código, nos termos legais, com exceção dos poderes de modificação, resolução ou revogação do contrato quando o respetivo valor for igual ou superior a 748 196,85 € (150 000 contos), casos em que a competência para a prática dos respetivos atos administrativos cabe à câmara municipal.-----**

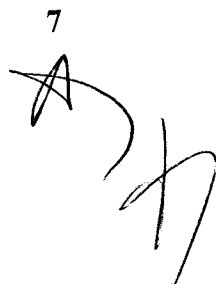
**g) Reconhecer a isenção do pagamento de taxas, nos casos previstos no nº 1 do artº 15º do regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais, relativamente aos atos praticados nas áreas de gestão que lhe compete coordenar, conforme o aludido despacho de quatro do corrente mês de janeiro e ao pagamento de taxas inerentes aos atos praticados ao abrigo de delegação ou subdelegação de competências;-----**

**h) Decidir os pedidos de isenção ou redução de taxas, nos casos previstos no nº 2 do mesmo artº 15º, mediante requerimento dos interessados e apresentação de prova da qualidade em que requerem e dos requisitos exigidos para a concessão de isenção ou redução, nas mesmas áreas e atos referidos na alínea anterior.-----**

**i) Apoiar ou participar no apoio à ação social escolar e às atividades complementares no âmbito de projetos educativos, nos termos da lei;-----**

**j) Organizar e gerir os transportes escolares, cabendo-lhe, nomeadamente, exercer as competências previstas no artº 10º do D.L. nº 299/84, de 5 de setembro.-----**

**k) As competências a seguir referidas em matéria de licenciamento e fiscalização de obras particulares:-----**

7  


1. A competência para conceder a licença prevista no nº 2 do artº 4º do D.L. 555/99, de 16 de dezembro, na redação atualmente em vigor, nos casos e nos termos estabelecidos por lei, para as seguintes operações urbanísticas:---
  - 1.1. Obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação ou demolição de muros de vedação;-----
  - 1.2. Obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de anexos, alpendres ou outras pequenas construções;-----
  - 1.3. Obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de edifícios destinados a habitação unifamiliar, em todas as freguesias do concelho, com exceção das freguesias de Santo Tirso e Vila das Aves;-----
2. Aprovar alterações às licenças de loteamentos que cumpram os requisitos previstos no nº 8 do artº 27º do D.L. 555/99, de 16 de dezembro;-----
3. Autorizar a emissão de certidões comprovativas da verificação dos requisitos do destaque de parcela de terreno;-----
4. Aprovar os pedidos de prorrogação do prazo para conclusão das obras, nas condições previstas no nº 3 do artº 53º e nº 5 do artº 58º;-----
5. Promover a publicitação da emissão de alvarás de licença de loteamentos, nos termos da lei;-----
6. Estabelecer as regras de numeração dos edifícios.-----

## **II. COMPETÊNCIAS DELEGADAS:**

- a) Assegurar a execução das deliberações da assembleia municipal;-----
- b) Elaborar e manter atualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis do município;-----
- c) Autorizar a realização de despesas orçamentadas até ao limite de 50 000,00 € (cinquenta mil euros);-----
- d) Praticar todos os atos referidos na alínea f) do ponto I deste despacho, nos procedimentos cuja estimativa / preço base / preço contratual seja igual ou inferior a 149 639,37 €;-----
- e) Tomar a decisão de adjudicação prevista no artº 73º do Código dos Contratos Públicos, ou tomar a decisão de não adjudicação, nos termos legalmente previstos, nos procedimentos respeitantes a contratos de locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, quando o valor da adjudicação for igual ou inferior a 50 000,00 €;-----
- f) Autorizar o pagamento das despesas realizadas nas condições legais, sem



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

8

A

prejuízo do uso que da mesma competência entenda dever fazer o presidente da câmara municipal, assim como subscrever cheques nos mesmos termos que o presidente;-----

g) Comunicar, anualmente, no prazo legal, o valor fixado do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos, assim como, quando for o caso, a deliberação sobre o lançamento de derramas, às entidades competentes para a cobrança;-----

h) Comunicar, anualmente, quando for o caso, no prazo legal, as deliberações da assembleia municipal sobre a participação do município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial;-----

i) Remeter, atempadamente, ao Tribunal de Contas os documentos que careçam da respetiva apreciação;-----

j) Representar a câmara municipal nas sessões da assembleia municipal, sem prejuízo da faculdade de ser acompanhado por outros membros da câmara municipal;-----

k) Promover todas as ações necessárias à administração corrente do património municipal e à sua conservação;-----

l) Proceder aos registos prediais do património imobiliário do município, ou outros;-----

m) Praticar todos os atos que as diversas leis eleitorais cometem ao presidente da câmara municipal;-----

n) Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação e ensino, nos casos e nos termos determinados por lei, sem prejuízo das competências delegadas por despacho desta data na vereadora Dr<sup>a</sup>. Júlia Moinhos, na área de gestão de recursos humanos;-----

o) A competência para presidir à secção autónoma do conselho de coordenação da avaliação, cuja criação foi aprovada em reunião da câmara municipal de 24 de fevereiro de 2010 (avaliação do desempenho do pessoal não docente).-----

p) A competência para praticar os seguintes atos em matéria de licenciamento e fiscalização de obras particulares:-----

1. A competência para admitir ou rejeitar a comunicação prévia prevista no nº 4 do artº 4º do D.L. 555/99, de 16 de dezembro, na redação atualmente em





vigor, nos casos e nos termos estabelecidos por lei, para as seguintes operações urbanísticas:-----

**1.1.** Obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação ou demolição de muros de vedação;-----

**1.2.** Obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de anexos, alpendres ou outras pequenas construções;-----

**1.3.** Obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou demolição de edifícios destinados a habitação unifamiliar, em todas as freguesias do concelho, com exceção das freguesias de Santo Tirso e Vila das Aves;-----

**2.** Conceder, nos casos e nos termos previstos na lei, autorizações de utilização de edifícios destinados a habitação unifamiliar;-----

**3.** Proferir despachos de autorização de emissão de certidões, nos casos em que as mesmas não devam ser emitidas independentemente de despacho;----

**4.** Prorrogar o prazo para apresentação dos projetos de especialidades e outros estudos necessários à execução da obra, nos termos do nº 5 do artº 20º do D.L. 555/99;-----

**5.** Aprovar os pedidos de prorrogação do prazo para conclusão das obras, nos termos previstos no nº 4 do artº 53º e nº 6 do artº 58º, ambos do D.L. 555/99;-----

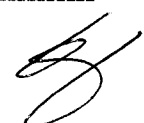
**6.** Determinar a realização de vistoria para a emissão de autorização de utilização para os edifícios destinados a habitação unifamiliar, nos termos previstos no nº 2 do artº 64º do D.L. 555/99;-----

**7.** Aprovar os pedidos de prorrogação do prazo para requerer a emissão do alvará de licença ou autorização de utilização, nos termos do nº 2 do artº 76º daquele diploma legal;-----

**8.** Embargar quaisquer obras, construções e edificações efetuadas por particulares ou pessoas coletivas sem licença ou admissão de comunicação prévia ou com a inobservância das condições do licenciamento ou comunicação prévia admitida, ou em violação de normas legais ou regulamentares aplicáveis;-----

**9.** Proceder à liquidação das taxas devidas nos atos de licenciamento ou admissão de comunicação prévia ou autorização de utilização;-----

**10.** Ordenar a realização de vistorias e executar a fiscalização prevista no artº 93º do D.L. 555/99;-----



**11.** A competência para dirigir a instrução dos procedimentos relativos ao controlo prévio das operações urbanísticas cuja competência para admitir ou rejeitar a comunicação prévia ou para conceder a licença lhe é agora delegada, bem como, relativamente aos mesmos procedimentos, as competências previstas nos n.ºs. 1 a 4 e no n.º 11 do art.º 11.º do referido diploma legal;-----

**q)** Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----

**r)** Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara municipal, sempre que tais atos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----

**s)** A competência, nas respetivas áreas de gestão, para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no art.º 18.º do regulamento referido na alínea g) do ponto I do presente despacho.-----

Além das competências expressamente subdelegadas e delegadas, fica também delegada a competência para decidir os demais assuntos compreendidos nas áreas de gestão municipal sob a coordenação da aqui delegada, salvo quanto às matérias de competência indelegável da câmara municipal e àquelas que, nos termos do art.º 68.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e da deliberação da câmara municipal de 5 de novembro de 2009 (item 6 da respetiva ata), alterada por deliberação do mesmo órgão de 17 de novembro de 2010 (item 3 da respetiva ata), são da minha competência própria ou delegada, respetivamente, e não foram expressamente delegadas ou subdelegadas.-----

Nestes termos, ficam revogados todos os despachos anteriores relativos a delegações de competências na vereadora Eng.ª Ana Maria Moreira Ferreira, que são substituídos pelo presente despacho.-----

Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho, todos os despachos eventualmente proferidos pela identificada vereadora no período



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

11

compreendido entre o dia quatro do corrente mês de janeiro e a presente data, nas matérias cuja competência agora lhe é delegada.-----

Os atos praticados pela aqui delegada geradores de custo ou proveito financeiro praticados ao abrigo de competência subdelegada devem ser levados ao conhecimento da câmara municipal, nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei 169/99.-----

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 9 de janeiro de 2012

O Presidente,

Castro Fernandes

# DESPACHO

12

## Delegação de competências na vereadora Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa

Na sequência do meu despacho de quatro do corrente mês de janeiro, que redistribuiu pelos vereadores em regime de permanência funções de coordenação relativamente a algumas áreas de atuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude das áreas de atuação da câmara municipal, que me compete coordenar;-----

Considerando que na adoção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Ao abrigo do disposto nos artigos 58º, n.º 4 e 69º, nºs 1 e 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, delego e subdelego competências na vereadora Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, nos termos legais, nos termos que passo a enunciar:-----

### I. COMPETÊNCIAS SUBDELEGADAS:

a) Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal;-----

b) Praticar os atos a seguir referidos, previstos no regulamento do subsídio ao arrendamento:-----

1. A competência prevista no artº 8º do referido regulamento, para decidir os pedidos de concessão de subsídio ao arrendamento, bem como as suas renovações anuais, nos termos regulamentarmente previstos;-----

2. A competência prevista no n.º 4 do artº 11º do mesmo regulamento, para declarar a cessação da atribuição do subsídio ao arrendamento;-----

3. A competência prevista nos n.ºs 1 e 3 do artº 13º do mesmo regulamento, para atribuição de casos especiais de subsídio.-----

c) Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município.-----

d) Competências previstas no **Decreto-Lei 124/2006, de 28 de Junho**, na redação introduzida pelo D.L. 17/2009, de 14 de janeiro (estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios**):-----

1. Notificar as entidades referidas nos n.ºs 1 e 2 do artº 15º do referido DL, para cumprimento do disposto nessas normas, bem como tomar a decisão de realização dos trabalhos de gestão do combustível;-----

2. Tomar a decisão prevista no n.º 10 do mesmo artº 15º, de realização dos trabalhos da responsabilidade dos proprietários e demais entidades referidas no n.º 9 do mesmo artigo;-----

3. Tomar a decisão de realizar os trabalhos de gestão de combustível previstos no n.º 11 do mesmo artº 15º;-----

4. A competência para proceder à notificação prevista no nº 3 do artº 21º;-----

5. A competência para tomar a decisão prevista no nº 4 do mesmo artº 21º;-----

6. Tomar as diligências necessárias de modo a garantir a informação necessária sobre os condicionalismos previstos no artº 22º;-----

7. Promover as ações necessárias de modo a garantir o registo cartográfico anual de todas as ações de gestão de combustível;-----

8. A competência prevista no n.º 2 do artº 27º, para licenciar a realização de queimadas, nos termos legalmente previstos;-----

9. A competência prevista no n.º 2 do artº 29º, para autorizar a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos;-----

## **II. COMPETÊNCIAS DELEGADAS:**

a) Presidir as comissões municipais de defesa da floresta e de proteção civil e coordenar a sua atuação;-----

b) Representar o presidente da câmara municipal nas comissões distritais de defesa da floresta e da proteção civil;-----

c) Praticar os atos a seguir referidos, previstos no regulamento das habitações sociais, e nos termos definidos nesse regulamento:-----

1. Determinar a atribuição das habitações;-----

2. Determinar a transferência do arrendatário para outra habitação;-----
3. Autorizar a transferência do arrendatário para outra habitação;-----
4. Conceder a isenção total ou parcial do pagamento dos juros de mora;-----
5. Autorizar a manutenção da habitação desabitada por período superior a 60 dias consecutivos;-----
6. Autorizar a instalação de antenas exteriores de televisão;-----
7. Autorizar a transmissão da posição de arrendatário;-----
8. Tomar a decisão de resolução do contrato de arrendamento;-----
- d) A competência para determinar a instauração e instrução dos processos de contra-ordenação e aplicar as coimas, nos termos da lei, relativamente a todos os factos puníveis por lei ou por regulamento como contra-ordenação, cujo processamento e a aplicação das respetivas coimas e das sanções acessórias seja da competência do presidente da câmara municipal.-----
- e) As competências abaixo referidas na área de gestão e direção de recursos humanos, que me são conferidas pela alínea a) do nº 2 do artº 2º do Decreto-lei nº 209/2009, de 03 de setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro:-----
1. A competência para marcar o período de férias, nos termos previstos no artº 176º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP);-----
2. A competência para decidir alterações ao período de férias, nos termos previstos no artº 177º do mesmo regime e em caso de suspensão das férias por motivo de doença;-----
3. A competência para autorizar o gozo de férias, em conformidade com os períodos previamente marcados;-----
4. A competência para autorizar acumulação de férias, nos termos previstos no artº 175º do mesmo regime;-----
5. A competência para justificar ou injustificar faltas, nos termos legalmente previstos;-----
6. A competência para autorizar a prestação de trabalho extraordinário, bem como a competência para autorizar o respetivo pagamento, até aos limites legalmente previstos;-----
- f) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma

f) Assinar ou visar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;-----

g) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara municipal, sempre que tais atos digam respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação.-----

Além das competências expressamente subdelegadas e delegadas, fica também delegada a competência para despachar os demais assuntos compreendidos nas áreas de gestão municipal sob a coordenação da aqui delegada, salvo quanto às matérias de competência indelegável da câmara municipal e àquelas que, nos termos do art.º 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e da deliberação da câmara municipal de 5 de Novembro de 2009 (item 6 da respetiva ata), alterada por deliberação do mesmo órgão de 17 de novembro de 2010 (item 3 da respetiva ata), são da minha competência própria ou delegada, respetivamente, e não foram expressamente delegadas ou subdelegadas.-----

Nestes termos, ficam revogados todos os despachos anteriores relativos a delegações e subdelegações de competências na vereadora Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa, que são substituídos pelo presente despacho.-----

Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho, todos os eventuais despachos proferidos pela identificada vereadora no período compreendido entre o dia quatro do corrente mês de janeiro e a presente data, nas matérias cuja competência agora lhe é delegada.-----

Os atos praticados pela delegada geradores de custo ou proveito financeiro praticados ao abrigo de competência subdelegada devem ser levados ao conhecimento da câmara municipal, nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei 169/99.-----

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 9 de janeiro de 2012



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

O Presidente,

Castro Fernandes

16



# DESPACHO

## Delegação de competências no vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado

Na sequência do meu despacho de quatro do corrente mês de janeiro, que redefiniu a distribuição pelos vereadores em regime de permanência de funções de coordenação relativamente a algumas áreas de atuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude das áreas de actuação da câmara municipal, que me compete coordenar;-----

Considerando que na adoção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Ao abrigo do disposto nos artigos 58º, n.º 4 e 69º, nºs 1 e 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, delego e subdelego competências no vereador Dr. José Pedro dos Santos Ferreira Machado, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, nos termos legais, nos termos que passo a enunciar:-----

### **I. Competências Subdelegadas:**

- a) Efetuar e manter atualizado o registo do alojamento local disponível ao público, nos termos da alínea d) do nº 2 do artº 22º do D.L. 39/2008, de 7 de março (Regime Jurídico da Instalação, Exploração e Funcionamento dos Empreendimentos Turísticos);-----
- b) Promover a produção de conteúdos informativos e a sua disponibilização aos turistas sobre as atividades turísticas do concelho;-----
- c) Promover a dinamização de atividades de animação turística, entretenimento e lazer que contribuam para a captação de turistas para o concelho de Santo Tirso;-----
- d) Decidir sobre a captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável;-----
- e) Decidir sobre a deambulação e extinção de animais nocivos, nos termos legalmente previstos;-----
- f) Autorizar a inumação de cadáveres em locais especiais, nos casos previstos no nº 2 do artigo 9º do Regulamento dos Cemitérios Municipais de

Santo Tirso e S. Bartolomeu de Fontiscos, e nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----

**g)** Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos fixados na lei geral, e após publicação de avisos, jazigos, mausoléus, ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção de forma inequívoca e duradoura, nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----

**h)** Adjudicar o direito de ocupação das lojas ou postos de venda do mercado municipal, com base no valor que resultar da licitação em hasta pública, e nos demais termos legal e regulamentarmente previstos;-----

**i)** Praticar os atos de gestão relativos aos espaços verdes do município;-----

**j)** Promover as diligências necessárias com vista a garantir a higiene e limpeza das vias municipais e outros espaços públicos do município;-----

**k)** Reconhecer a isenção do pagamento de taxas e outras receitas municipais, nos casos previstos no nº 1 do artº 15º do regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais, relativamente aos atos praticados nas áreas de gestão que lhe compete coordenar, conforme o aludido despacho de quatro do corrente mês de janeiro, e ao pagamento de taxas ou outras receitas municipais inerentes aos atos praticados ao abrigo de delegação e subdelegação de competências;-----

**l)** Decidir os pedidos de isenção ou redução de taxas, nos casos previstos no nº 2 do mesmo artº 15º, mediante requerimento dos interessados e apresentação de prova da qualidade em que requerem e dos requisitos exigidos para a concessão de isenção ou redução nas mesmas áreas e atos referidos na alínea anterior.-----

## **II. Competências delegadas:**

**a)** Conceder terrenos nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas;-----

**b)** Exercer as seguintes competências, previstas no regulamento de funcionamento da feira municipal de Santo Tirso, aprovado pela assembleia municipal em 22/10/2008:-----

1. Autorizar a realização da feira de Santo Tirso em dia que coincida com dia de feriado nacional;-----
2. Decidir qual o dia de realização da feira, de harmonia com o previsto no nº 3 do artº 3º do referido regulamento;-----
3. Analisar e decidir as informações que lhe forem encaminhadas pelo encarregado da feira;-----
4. Decidir as sugestões ou reclamações apresentadas pelos feirantes, no que concerne à organização, disciplina e funcionamento da feira;-----
5. Proceder à atribuição dos espaços de venda, nos termos regulamentarmente previstos;-----
6. Proceder à liquidação das taxas devidas pela ocupação dos espaços de venda na feira;-----
7. Determinar a suspensão do direito de ocupação dos espaços de venda, nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----
8. Decidir os pedidos de transferência do direito de ocupação dos espaços de venda;-----
9. Autorizar ou determinar a alteração dos espaços de venda;-----
10. Declarar a caducidade do direito de ocupação dos espaços de venda, nos casos e nos termos previstos no referido regulamento, com exceção da caducidade a título de sanção acessória, a aplicar no âmbito do respetivo processo de contraordenação.-----
- c) Elaborar e manter atualizado o registo dos lugares de venda atribuídos, nos termos previstos no nº 1 do artº 24º do D.L. 42/2008, de 10 de março;-----
- d) Remeter à DGAE, nos termos legalmente previstos, a relação dos feirantes a operar nos recintos destinados à realização de feiras;-----
- e) A competência, nas respetivas áreas de gestão, para autorizar o pagamento de taxas ou outras receitas municipais em prestações, nas condições enunciadas no artº 18º do regulamento referido na alínea k) do ponto l;-----
- f) Assinar a correspondência da câmara municipal com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos, quando a mesma correspondência disser respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação;---
- g) Modificar ou revogar os atos praticados por trabalhadores ou prestadores de serviços afetos aos serviços da câmara, sempre que tais atos digam

respeito a assuntos das áreas de gestão municipal sob a sua coordenação, desde que tais atos caibam nas suas competências delegadas ou subdelegadas.-----

Além das competências expressamente subdelegadas e delegadas no vereador acima identificado, fica também delegada a competência para despachar os demais assuntos compreendidos nas respetivas áreas de gestão municipal, salvo quanto às matérias de competência indelegável da câmara municipal e àquelas que, nos termos do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e da deliberação da câmara municipal de 5 de novembro de 2009 (item 6 da respetiva ata), alterada por deliberação do mesmo órgão de 17 de novembro de 2010 (item 3 da respetiva ata) são da minha competência própria ou delegada, respetivamente, e não foram expressamente delegadas ou subdelegadas.-----

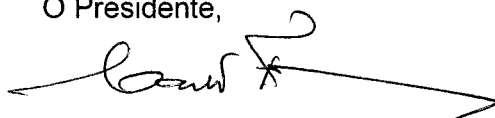
Nestes termos, ficam revogados todos os despachos anteriores relativos a delegações de competências no vereador Dr. José Pedro Machado.-----

Os actos praticados pelo delegado geradores de custo ou proveito financeiro praticados ao abrigo de competência subdelegada devem ser levados ao conhecimento da câmara municipal, nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei 169/99.-----

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 9 de janeiro de 2012

O Presidente,



Castro Fernandes

# DESPACHO

21

A  
h

## Delegação de competências no vereador Prof. José Carlos Ribeiro Ferreira

Na sequência do meu despacho de quatro do corrente mês de janeiro, que nomeou o senhor Prof. José Carlos Ribeiro Ferreira vereador em regime de permanência, e do meu despacho da mesma data que distribuiu pelos vereadores em regime de permanência, funções de coordenação relativamente a algumas áreas de atuação municipal, e atenta a diversidade e amplitude das áreas de atuação da câmara municipal, que me compete coordenar;-----

Considerando que na adoção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Ao abrigo do disposto nos artigos 58º, n.º 4 e 69º, nºs 1 e 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delego e subdelego competências no vereador Prof. José Carlos Ribeiro Ferreira, com a faculdade de subdelegação no pessoal dirigente, nos termos legais, nos termos que passo a enunciar:-----

### I. Competências Subdelegadas:

a) Proceder à administração e gestão das instalações desportivas que integram o Complexo Desportivo Municipal, nomeadamente:-----

1. Decidir os pedidos de cedência de utilização regular e pontual das instalações, nos termos previstos no Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso, aprovado pela câmara municipal em reunião de 25 de fevereiro de 2009;-----

2. Exercer o direito de utilizar as instalações para eventos promovidos ou apoiados pelo município, nos termos do n.º 8 do ponto III do referido Regulamento;-----

3. Decidir o cancelamento da autorização de utilização das instalações, nos casos previstos no ponto V do mesmo Regulamento;-----

4. Reconhecer a isenção e decidir os pedidos de isenção e redução de preços pela utilização das instalações desportivas, nos casos previstos no artº 15º do

J

regulamento de liquidação, cobrança e pagamento de taxas e outras receitas municipais;-----

5. Autorizar os pedidos de utilização das instalações com transmissão televisiva;-----

6. Autorizar a exploração de publicidade nas instalações do Complexo Desportivo Municipal;-----

7. Autorizar a utilização das instalações do Complexo Desportivo para atividades não desportivas;-----

8. Praticar todos os demais atos necessários à gestão das instalações do Complexo Desportivo Municipal, nos termos previstos no referido Regulamento.-----

b) A competência prevista no nº 3 do artº 13º do D.L. 141/2009, de 16 de junho (Regime Jurídico das Instalações Desportivas de uso Público), para efetuar e manter atualizado o registo das instalações desportivas disponíveis no concelho de Santo Tirso, nos termos aí referidos;-----

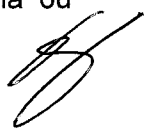
c) Enviar ao Instituto do Desporto, I.P., até ao final do 1º trimestre de cada ano, a lista dos alvarás de autorização de utilização de instalações desportivas emitidos.-----

## **II. Competências delegadas:**

a) A competência para autorizar o pagamento dos preços devidos pela utilização das instalações desportivas em prestações, nas condições enunciadas no artº 18º do regulamento referido no nº 4 do ponto I do presente despacho.-----

b) Promover as diligências necessárias com vista à instituição, nos termos previstos na Lei 8/2009, de 18 de fevereiro, do conselho municipal da juventude.-----

Além das competências expressamente subdelegadas e delegadas no vereador acima identificado, fica também delegada a competência para decidir os demais assuntos compreendidos nas respetivas áreas de gestão municipal, salvo quanto às matérias de competência indelegável da câmara municipal e àquelas que, nos termos do artº 68º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e da deliberação camarária de 5 de novembro de 2009 (item 6 da respetiva ata), alterada por deliberação do mesmo órgão de 7 de novembro de 2010 (item 3 da respetiva ata) são da minha competência própria ou



delegada, respetivamente, e não foram expressamente delegadas ou subdelegadas.-----

Ficam expressamente ratificados pelo presente despacho, todos os eventuais despachos proferidos pelo identificado vereador no período compreendido entre o dia quatro do corrente mês de janeiro e a presente data, nas matérias cuja competência agora lhe é delegada.-----

Os atos praticados pelo delegado geradores de custo ou proveito financeiro praticados ao abrigo de competência subdelegada devem ser levados ao conhecimento da câmara municipal, nos termos do nº 3 do artº 65º da Lei 169/99.-----

Publicite-se nos termos legais, divulgue-se pelos serviços e remeta-se à próxima reunião da câmara municipal para conhecimento.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 9 de janeiro de 2012

O Presidente,



Castro Fernandes



A  
H

b) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi dito:-----

“Relativamente à inauguração do percurso pedonal, queríamos deixar aqui duas notas:---

A primeira para sinalizar a forma como a câmara soube receber o senhor Presidente da República, cuja visita honrou e prestigiou o nosso concelho, e simultaneamente expressar a nossa indignação pela forma como, uma vez mais, a deputada Andreia Neto ter sido ostracizada no Protocolo, apesar de termos alertado a pessoa responsável durante o almoço pelo facto de não ter sido reservado um lugar para um representante da Nação.-----

c) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, na sequência dos despachos do senhor presidente referidos na alínea a), foi dito:-----

“Em setembro de dois mil e onze, o Partido Social Democrata apresentou em reunião de câmara uma proposta de austeridade e contenção. Entre outras sugeria-se a eliminação de um lugar na vereação a tempo inteiro e a sua substituição por dois a meio tempo, que implicaria uma poupança de mais de 50.000,00 € por ano.-----

Já nessa altura e tendo em conta o quadro de competências delegadas nos senhores vereadores essa proposta fazia sentido.-----

Queremos hoje reiterar essa proposta, porque aquilo que era verdade há três meses atrás mantem-se e foi reforçado pela redistribuição de competências, que concentra, com toda a legitimidade, diga-se, em dois vereadores grande parte daquela que é a ação política da câmara. Ao contrário outros vereadores perderam competências, sendo que um deles praticamente não tem competências políticas”.-----

d) Pelos senhores vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi ainda apresentada a seguinte declaração:-----



## **Reunião de Câmara de 23 de Janeiro de 2012**

### **Período de Antes da Ordem do Dia**

Portugal participou no mundial 2012 de matraquilhos que se realizou em França. No vídeo de apresentação da equipa portuguesa, que pode ser visto através do endereço (<http://www.youtube.com/watch?v=46CmGkuowxo&feature=youtu.be>), é possível ver o rosto de felicidade das três atletas de Santo Tirso (Sandra Camões, Rita Dantas e Soraia Faustino).

Estas jovens atletas que integraram a seleção Portuguesa e que jogam juntas há três anos, foram campeãs na época 2010/2011, têm já duas Internacionalizações (world cup 2011 e 2012), deveriam orgulhar os Tirsenses e principalmente os responsáveis autárquicos.

Lamentavelmente, os edis socialistas não estimulam a cultura do mérito, e estas jovens foram vítimas disso mesmo. Apesar de residirem em Santo Tirso, estas três atletas que competem ao mais alto nível, não conseguiram ser recebidas pelos responsáveis autárquicos.

De facto, estas jovens Tirsenses, antes do campeonato do mundo que recentemente se realizou em França, dirigiram-se à Câmara para dar a conhecer aos responsáveis pela autarquia, o projeto desportivo em que estavam envolvidas.

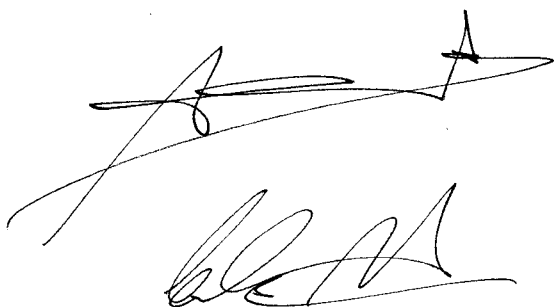
Para além de qualquer pedido de apoio que viessem a solicitar, legítimo, diga-se, estas jovens queriam pessoalmente dar a conhecer o que verdadeiramente estava em causa e o que faziam.

Estranhamente não alcançaram os seus intentos, já que em vez de serem recebidas, como era exigível, foram informadas de que deveriam fazer um requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Câmara. Os edis socialistas que deveriam de imediato disponibilizar-se para receber e acarinhar estas jovens, que representaram Portugal e Santo Tirso em França, foram “atiradas” para as malhas da burocracia.

Há já muitos anos que o PSD vem afirmando que não existe política desportiva em Santo Tirso. A Câmara em vez de estimular, apoiar e premiar os jovens que através de

muito sacrifício e trabalho, conseguem alcançar os seus objetivos, apenas se serve deles, quando dá jeito, para a "fotografia".

Os vereadores do PSD estão indignados com mais este episódio, que comprova a insensibilidade dos edis socialistas para com aqueles que ainda não pisam os palcos mediáticos, e exigem que V. Exs<sup>a</sup> forneçam explicações para esta lamentável situação.





Seguidamente pelo senhor presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi dito:-----

“Em relação às declarações dos dois senhores vereadores inscritos na lista do Partido Social Democrata temos a declarar:-----

1) Do distrito do Porto não foi convidado nenhum deputado de nenhum partido, por razões óbvias, para o almoço volante. A senhora Dra. Andreia Neto foi convidada enquanto presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata, tal como o foram os outros presidentes das concelhias representadas na Assembleia Municipal. Não tem portanto legitimidade os senhores vereadores para criticar o que foi feito até porque o foi com a anuência do assessor da Presidência da República. Recordo que a Presidência aconselhou que a organização fosse simples e por isso mesmo o almoço foi volante e relativamente restrito.-----

Lamentamos, isso sim, é que os senhores vereadores do Partido Social Democrata se indignem quando não vimos ninguém levantar qualquer reparo à forma como tudo decorreu. Colocar o assunto, tal como o foi, na reunião da câmara não constitui um ato ao nível da forma como Sua Excelência o Presidente da República foi recebido nesta cidade e neste concelho. Acreditamos que os senhores vereadores, pelo menos neste caso, iriam ser capazes de ultrapassar as pequenas questiúnculas que só interessam à “partidaridade aguda”. Infelizmente mais uma vez não o conseguiram.-----

2) Os senhores vereadores ainda não interiorizaram que quem ganhou as últimas eleições autárquicas fomos nós. Competiu ao Partido Socialista dirigir politicamente os destinos de autarquia pelo menos até dois mil e treze. No início de dois mil e dez, muito antes da declaração do Partido Social Democrata de setembro de dois mil e onze, apresentamos um Plano Municipal de Contenção de Despesas que já teve os seus reflexos quer em dois mil e dez quer em dois mil e onze.-----

As opções políticas que assumimos são claras e são o resultado da avaliação dos eleitores.

Aos eleitores responderemos sempre.-----



A

87

3) Quanto à questão dos matraquilhos que os senhores vereadores levantaram nesta reunião esta câmara, aqui representada pelos edis com áreas de gestão municipal, ignora que tenha sido tentado qualquer contacto.-----

Quanto às questões mais gerais de reconhecimento de mérito dos tirsenses, recordamos a V. Exas as sucessivas cerimónias, em que também têm participado, onde o mérito é reconhecido publicamente, sempre com o apoio da população.-----

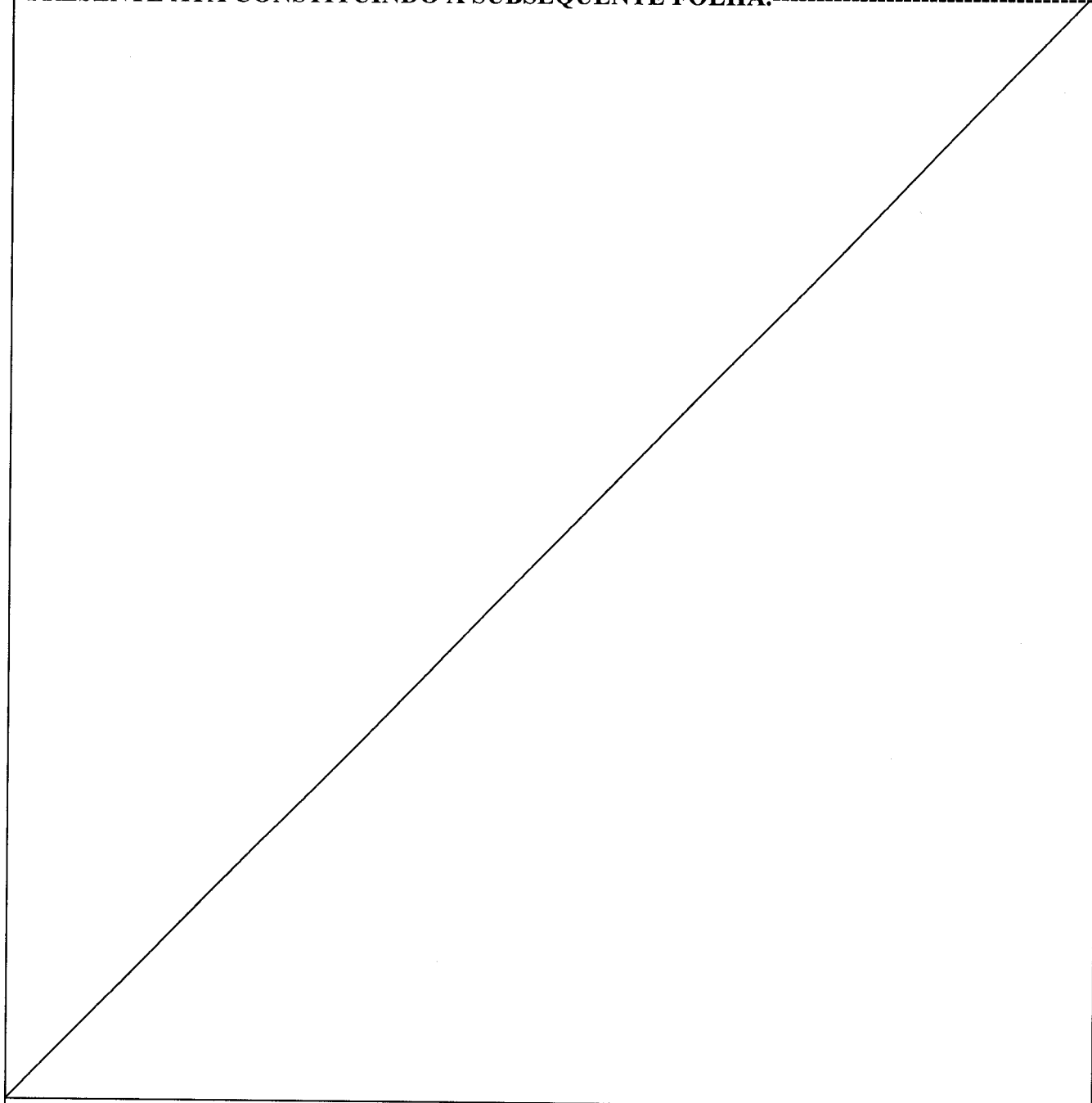
Por último como se manifestam sistematicamente “indignados” por tudo quanto se passa nesta cidade aconselhamos a que V. Exas. passem a participar nas “manifestações de indignados”.--



A

7

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ATA CONSTITUINDO A SUBSEQUENTE FOLHA.**-----



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 23/JANEIRO/2012 – ATA Nº 2**

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

**ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da ata da reunião ordinária de 04/01/2012
- 2 – Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos: Moção contra o “Documento Verde da Reforma da Administração Local”: conhecimento
- 3 – Grandes Opções do Plano e Orçamento da câmara municipal de 2012: 1ª revisão ao PPI e ao Orçamento da despesa
- 4 – Empreitada: “Centro Escolar da Ermida – Ampliação do Edifício Escolar – Santa Cristina do Couto”: Aprovação da minuta do contrato: Ratificação de despacho do presidente
- 5 – Empreitada: “Unidade de Saúde de Areias – Conclusão” – Aditamento ao contrato: Ratificação de despacho do presidente
- 6 – Comparticipação nas despesas com o expediente e limpeza dos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo e pré-escolar: Proposta de celebração de protocolo com juntas de freguesia e agrupamentos de escolas do concelho
- 7 – Protocolo a celebrar entre o município de Santo Tirso e o Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 842- S. Martinho do Campo – Cedência de utilização de prédio urbano – Aprovação da minuta
- 8 - Outros subsídios
  - Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares
  - Processo 236/12 (CAID – Cooperativa de Apoio á Integração do Deficiente)

Santo Tirso, 18 de janeiro de 2012

**NOTA:**

Foram aditados à ordem do dia desta reunião os assuntos que constam dos itens 10 e 11 da presente ata, a saber:

10 - Empreitada: “Requalificação Urbana da cidade de Santo Tirso – Praça General Humberto Delgado”: Execução de trabalhos para suprimimento de erros e omissões do projeto: Ratificação de despachos do presidente da câmara.

11 - Protocolo de colaboração a celebrar entre o município de Santo Tirso e o Dr. António Júlia Pinheiro Carneiro Leão Cardoso Correia de Miranda: Acesso ao fundo documental de Biblioteca particular: Aprovação.

○ Presidente,





A

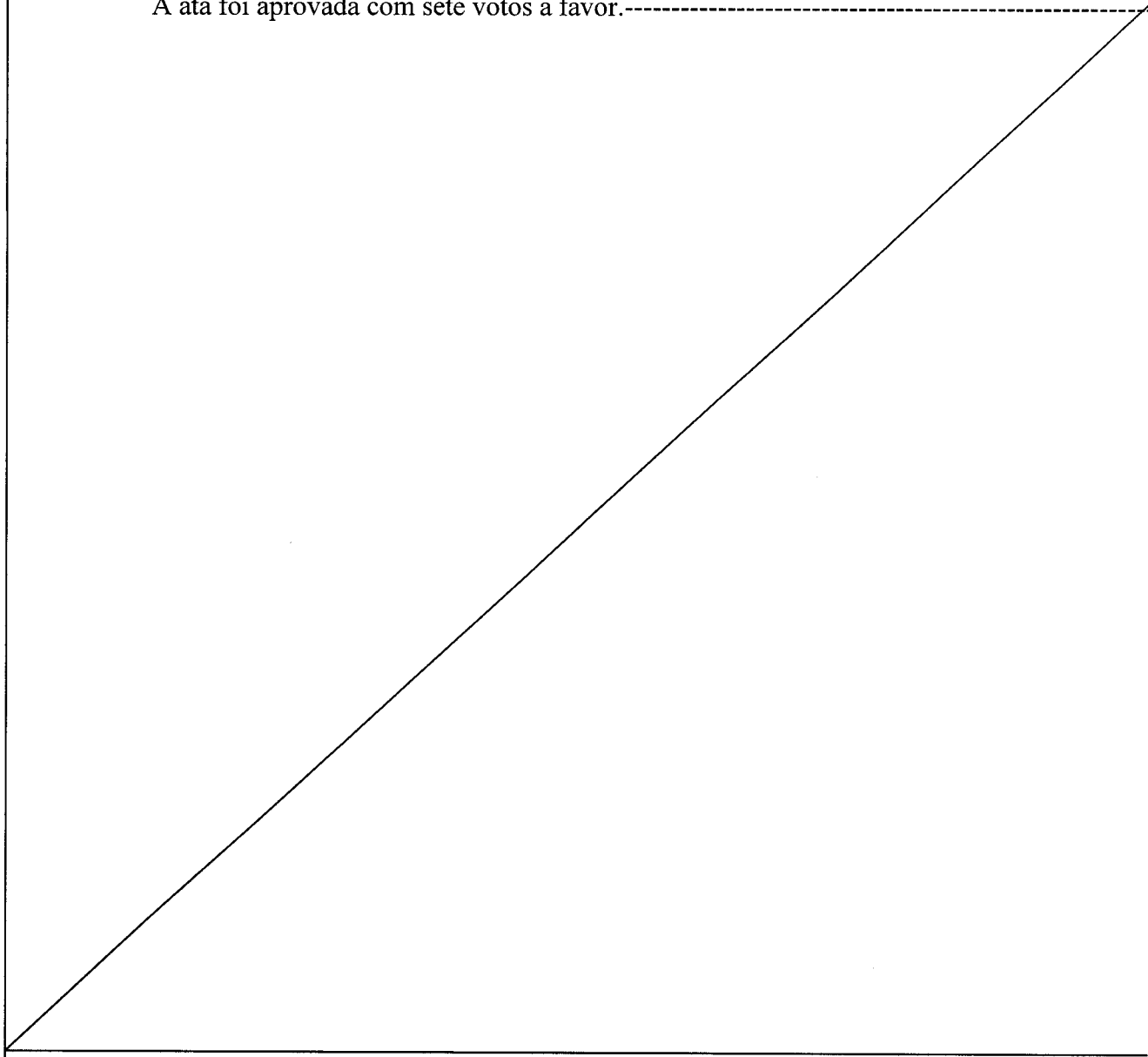
7

**1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (04/01/2012).-----**

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia quatro do corrente mês de janeiro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada com sete votos a favor.-----





A

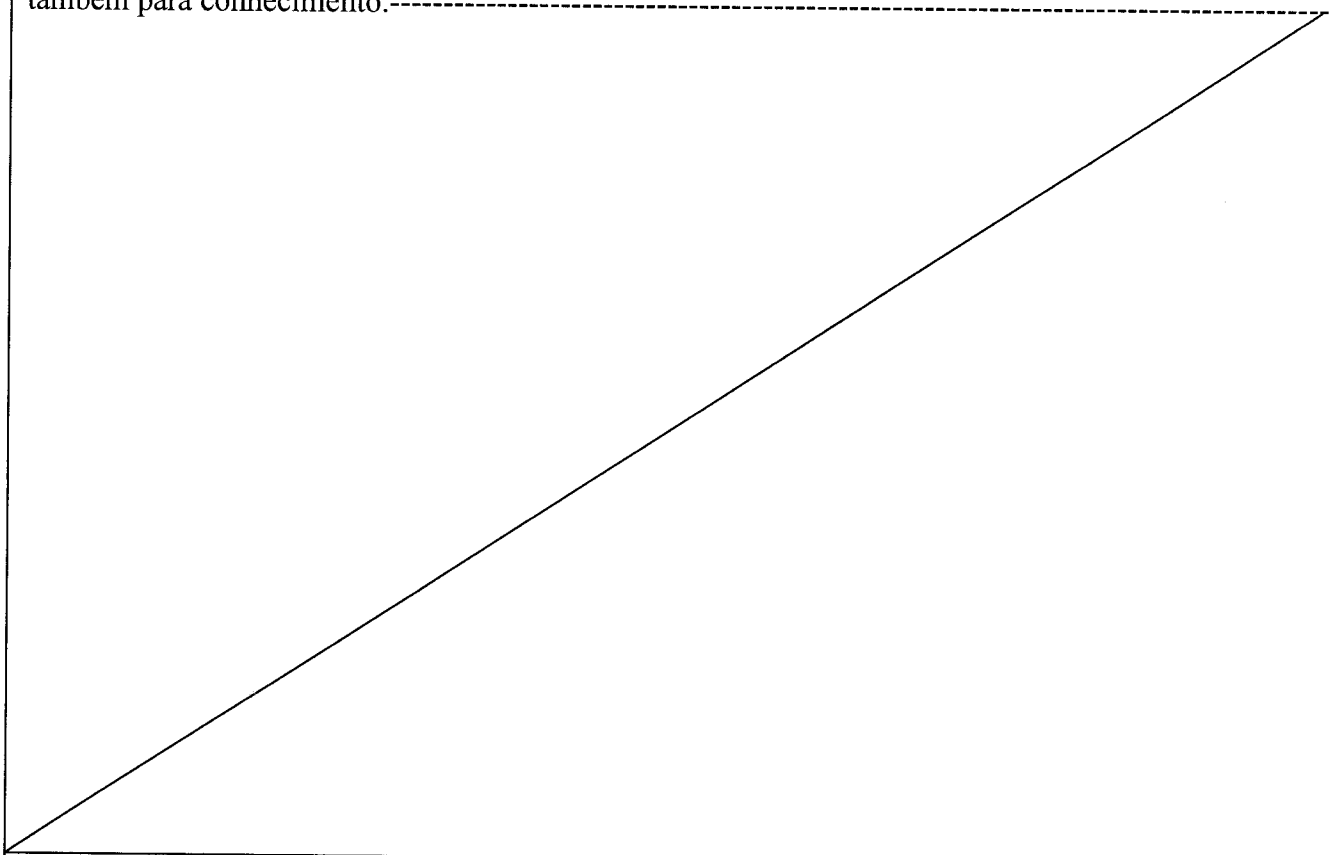
7

**2. JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS: MOÇÃO CONTRA O  
“DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL”:  
CONHECIMENTO.-----**

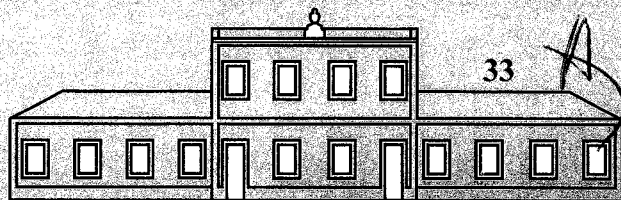
Presente ofício de vinte e seis de dezembro findo, da junta de freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número cento e vinte e oito/dois mil e doze, a remeter cópia da Moção contra o “Documento Verde da Reforma da Administração Local”, aprovada pela junta de freguesia em doze de dezembro findo e pela respetiva assembleia de freguesia em vinte e dois do mesmo mês, na qual aqueles órgãos se manifestam contra a extinção da freguesia de S. Tomé de Negrelos.-----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, a referida moção.-----

A câmara municipal deliberou tomar conhecimento e remeter à assembleia municipal, também para conhecimento.-----







# JUNTA DE FREGUESIA

Vila de S. Tomé de Negrelos

## Contra o “Documento Verde da Reforma da Administração Local”

### Moção

Tendo presente o “Documento Verde da Reforma da Administração Local”, a Junta de Freguesia da Vila de S. Tomé de Negrelos vem pronunciar-se contra o chamado “eixo de actuação” na vertente da “organização do território”:

Em primeiro lugar, porque o referido “documento verde” contradiz a “Carta Europeia do Poder Local” e a própria “Constituição da República Portuguesa”, que negam a possibilidade de fusões ou extinções de freguesias;

Em segundo lugar, porque o documento é irrealista por não respeitar a organização básica do nosso país, consolidada durante séculos, nem a identidade das populações, sustentada na sua história e na sua estrutura sócio-cultural, e porque constitui um retrocesso na organização do nosso território, moldada ao longo dos tempos, e assente na autonomia do poder autárquico;

Em terceiro lugar, porque a reforma pretendida não dá garantias reais de, em tempo de crise e de restrições económicas sem fim à vista, assegurar a promoção de um maior bem estar das populações, nem estabelece claramente o necessário reforço das funções e competências das freguesias;

Em quarto lugar, porque tem contornos de uma reforma feita apressadamente, sem apresentar quaisquer razões lógicas nem justas para a reforma territorial das freguesias, e sem proporcionar tempo ou oportunidades para ser discutida onde pode ser discutida e assumida pelas populações;

Em quinto lugar, porque, resumir um agrupamento de freguesias ao nível da sua configuração e mapa, com base em critérios demográficos e de acessibilidades, é redutor de uma realidade muito complexa e rica para as nossas populações;

Em sexto lugar, porque a agregação de freguesias apenas poderá fazer sentido em alguns casos pontuais, e nunca imposta de uma forma generalizada, e, mesmo naqueles casos, é exigível que atenda e privilegie sempre os critérios económicos, de desenvolvimento e sociais;

Em sétimo lugar, porque, se o objectivo da reforma é reduzir despesas, pois que se reduzam as despesas supérfluas e de forma equitativa e proporcional com as reduções noutros órgãos de soberania e do poder, em vez de se ir pelo caminho da destruição da identidade cultural e social das populações das freguesias existentes.

Por último, e no caso particular da freguesia/vila de S. Tomé de Negrelos, entendemos como um atropelo aos mais elementares direitos ancestrais dos negrelenses e à sua identidade, cimentada no cadinho de séculos de existência, propor que seja uma freguesia a agregar, isto é, a desaparecer, porque:

1.º - S. Tomé de Negrelos é, no concelho de Santo Tirso e talvez numa grande parte do país, uma das poucas freguesias referenciadas em documentos desde o século IX, antes da fundação da nacionalidade, que ocorreu só em 1143 (século XII);

2.º - Antes do concelho de Santo Tirso ser criado já S. Tomé de Negrelos era sede de Concelho e Julgado do mesmo nome, e constituído por 12 freguesias;

3.º - S. Tomé de Negrelos teve Cartório Notarial privativo desde 1837 até 1953, quase 120 anos;

4.º - Foi em S. Tomé de Negrelos que nasceu em 1845, com a Fábrica de Fiação do Rio Vizela (Fábrica de Negrelos), a indústria têxtil a norte do Porto, e, mais propriamente, em todo o Vale do Ave, tornando-se na indústria preponderante na região;

5.º - A partir de 1853 S. Tomé de Negrelos passou a ter uma Delegação dos Correios;

6.º - Porque S. Tomé de Negrelos era o centro de uma região das mais desenvolvidas do nosso país viu consagrada, na designação de uma estação do caminho de ferro, o nome – Negrelos, desde 1883, quando foi inaugurado o troço da linha de Guimarães, desde o Porto a Vizela;

7.º - Na mesma linha da importância e prestígio de Negrelos em toda a região, a partir daquela data foram criadas, e também fora dos limites da freguesia: A Loja Operária de Negrelos, a Mercantil de Negrelos, o Mercado de Negrelos, a Banda de Música de Negrelos, a Farmácia de Negrelos, a Associação de Socorros Mútuos dos Operários da Fábrica de Negrelos, o Quiosque de Negrelos; a Empresa Industrial de Negrelos, etc...;

8.º - Foi em S. Tomé de Negrelos que foi fundada, em 1936, a Secção de Negrelos do Sindicato Têxtil do Porto, que posteriormente foi instalar-se na sede do concelho;

9.º - S. Tomé de Negrelos tem um Centro de Saúde (sede) desde 1958, com extensões em S. Martinho do Campo e na Vila das Aves;

10.º - A freguesia foi sempre uma referência na Educação Pública, nomeadamente desde 1917, e mais tarde foi dotada a partir de 1973 e durante 25 anos de um Ciclo Preparatório TV. No início deste ano lectivo de 2011/2012 começou aqui a funcionar a modelar Escola Básica de S. Tomé de Negrelos, que recebe crianças desde o pré-escolar até ao 9.º ano;

11.º - Foi em S. Tomé de Negrelos que foi criada em 1973 a Casa do Povo Rio Vizela, onde passou a funcionar o primeiro balcão da Segurança Social, fora da sede do concelho;

12.º - Existe na freguesia/vila, desde 1987, a Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos que, além do apoio à infância, tem ainda as valências da prestação de Apoio Domiciliário a Idosos e de Centro de Dia;

13.º - Publica-se desde 1921, e com sede em S. Tomé de Negrelos, o jornal regionalista "Ecos de Negrelos";

14.º - A Freguesia de S. Tomé de Negrelos, pela sua importância demográfica, geográfica, social e económica, e, ainda, por razões de ordem histórica e cultural, foi elevada à categoria de vila em 27 de Maio de 1993;

15.º - Com uma população acima dos 4 milhares de pessoas, S. Tomé de Negrelos é, no concelho de Santo Tirso, a 3.ª maior freguesia/vila quer em população quer em eleitores, e é o centro da região mais desenvolvida do concelho de Santo Tirso;

16.º - A Junta de Freguesia, dentro das suas competências, é responsável pela dinamização cultural através de um Pólo da Biblioteca Municipal, um Posto de Internet gratuito, a organização anual de vários eventos lúdicos, culturais e musicais, patrocina um Centro de Convívio para Seniores, uma Universidade Sénior, e tem a funcionar nas suas instalações um Posto de Correios;

17.º - S. Tomé de Negrelos é caracterizada pelo dinamismo associativo que vem desde 1937, com a fundação da Tuna-Orquestra de S. Tomé de Negrelos, e que é protagonizado, hoje, por 13 colectividades que promovem diversas actividades durante todo o ano, e que trazem à freguesia muitos visitantes oriundos da região, como o Cortejo de Carnaval, a Festa das Vindimas, as Festas da Vila, Concursos de Pesca Desportiva e Ornitologia;

18.º - Tiveram sempre fama em toda a região, pela sua grandiosidade, várias festas religiosas, de que se referenciam actualmente a Festa Grande (Santíssimo Sacramento) e a Festividade do Espírito Santo;

19.º - É grande e muito valioso o património cultural da freguesia/vila, de que se destacam a *Loggia* Quinhentista da Capela do Santíssimo, adossada à Igreja Paroquial – Monumento de Interesse Nacional desde 1944; o Castro de Santa Margarida – Monumento Nacional desde 1990; e os vários Solares e Casas Solarengas do século XVIII, pertencentes a famílias nobres, de militares, e de brasileiros de “torna viagem”;

20.º - São variados os locais de interesse turístico como o Percorso Pedestre dos Moinhos, as Calçadas Medievais, e os miradouros naturais;

21.º - Foi em S. Tomé de Negrelos que nasceu a 25 de Setembro de 1832 o grande benemérito da sua terra e do concelho, José Luís de Andrade, que foi sobrinho, sócio, herdeiro, e também testamenteiro de um outro grande benemérito, o Conde de S. Bento;

22.º - São muitas as referências bibliográficas acerca de S. Tomé de Negrelos, cuja história milenar está documentada em diversas publicações monográficas;

23.º - A freguesia/vila de S. Tomé de Negrelos está dotada de redes de abastecimento de água ao domicílio, de saneamento de efluentes e de gás, tem habitações de cariz social, e tem em construção um centro de acolhimento para jovens portadores de deficiência;

24.º - Projectam-se melhorias consideráveis no campo da prática desportiva. Para toda a população, nomeadamente a mais jovem;

25.º - No capítulo da indústria, seja ela pesada ou não, do comércio, por grosso ou a retalho, ou, ainda, de serviços a freguesia/vila de S. Tomé de Negrelos é praticamente auto-suficiente.

Por todas estas razões que consubstanciam a importância, e justificam o desenvolvimento e a alma da população desta freguesia/vila, que é das mais desenvolvidas do concelho de Santo Tirso, não podemos aceitar as directivas de um documento que visa, em princípio, liquidar a identidade de mais de quatro milhares de pessoas que têm muito orgulho no seu passado, que os dinamiza no presente e os projecta para um futuro de felicidade e de um maior bem-estar para todos.

Assim, pelos pressupostos acima explanados, entendemos que o governo, para cortar despesas ou aumentar a capacidade de reivindicar investimentos, não precisa de aniquilar a alma de um povo que há mais de um milénio definiu e foi construindo a sua terra, a hoje freguesia/vila de S. Tomé de Negrelos.

Nem precisa de ferir esse povo, destruindo aquilo que ele tem de mais genuíno – a sua identidade sócio-cultural, como, em maior escala, não precisa de destruir a mais antiga nação da europa ao desestruturar o poder local, porque, para poupar, basta que tenha a coragem de reduzir despesas desnecessárias e benesses injustificadas, e para que os investimentos possam ser os mais adequados às necessidades das populações mais não deve fazer do que estudar e definir com clareza as funções, as competências e a autonomia das Juntas de Freguesia.

Negrelos, 2 de Dezembro de 2011

A Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos

Aprovada, por unanimidade a 12 de Dezembro de 2011, em reunião extraordinária da Junta de Freguesia. Discutida, votada e aprovada por maioria na Assembleia de Freguesia de 22 de Dezembro de 2011.



**3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2012: 1ª REVISÃO AO PPI E AO ORÇAMENTO DA DESPESA.-----**

Presente informação da Divisão de Gestão Financeira, de dezoito do corrente mês de janeiro, registada com o número seiscientos e cinquenta e seis, a remeter proposta de 1ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento da câmara municipal para 2012, que consiste na 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento da Despesa, que tem lugar pelas razões referidas na aludida informação, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Anexa-se à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, a referida revisão ao PPI e ao Orçamento da Despesa.-----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito:-----

A empreitada denominada “Centro Escolar da Ermida – Ampliação do Edifício Escolar – Santa Cristina do Couto” constou do PPI para dois mil e onze, também com dotação no ano económico de dois mil e doze, prevendo-se a conclusão da obra para trinta e um de dezembro do ano em curso;-----

O respetivo procedimento administrativo veio a demorar mais do que o inicialmente previsto, sendo que o respetivo contrato vai ser celebrado nesta data;-----

Do PPI para dois mil e doze, aprovado pela assembleia municipal em sessão ordinária de dezanove de dezembro findo, manteve-se a data de fim de execução do projeto em trinta e um de dezembro do ano em curso;-----

No entanto, face ao prazo de execução da empreitada (365 dias), à data prevista da consignação da obra e ao programa de trabalhos e cronograma financeiro apresentado pela adjudicatária, a obra terá necessariamente execução física e financeira em dois mil e treze, pelo que, para cumprimento das normas do POCAL e do artigo 22º da lei 197/99, de 8 de junho, é necessária a referida revisão;-----



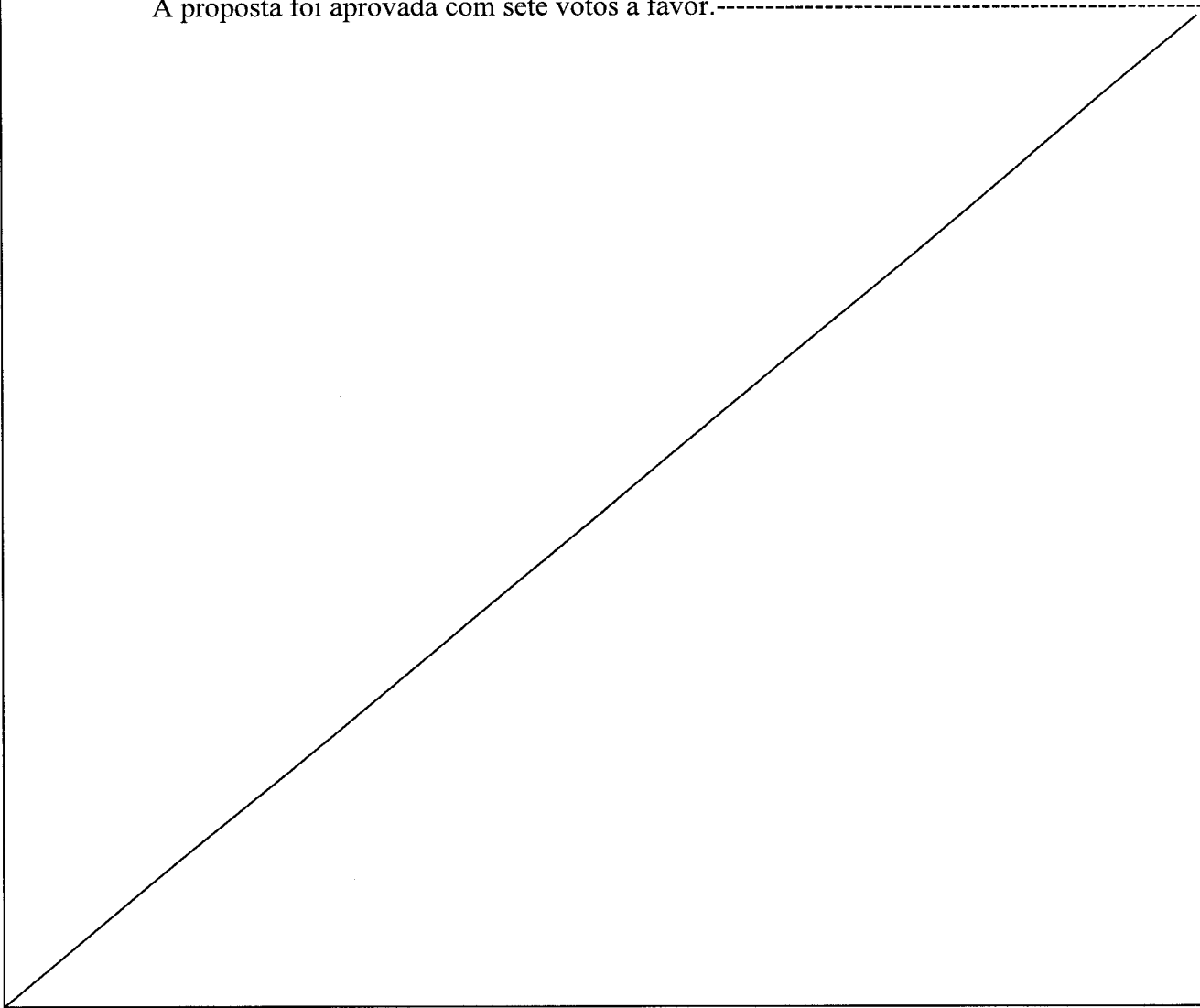
A

77

Considerando que se trata de uma obra a financiar em 80% por Fundos Comunitários, é urgente celebrar-se o respetivo contrato e enviar o mesmo para fiscalização prévia do Tribunal de Contas;-----

Face ao exposto proponho que a câmara municipal delibere aprovar a referida revisão, com efeitos a partir desta data, e remeter a mesma à assembleia municipal, face à competência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de setembro, solicitando àquele órgão deliberativo que o seu ato de aprovação seja praticado com efeitos retroativos a esta data.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





# GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2012

## MODIFICAÇÃO N.º 1

REVISÃO ORÇAMENTO DA DESPESA N.º1

REVISÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO N.º1

janeiro 2012

---

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES  
Ano Contabilístico: 2012 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : ROD - REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 1		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010301		Instalações serviços	3.653.184,71	89.390,73	
02	07010305		Escolas	5.214.702,90		89.390,73
Total de Aumentos/Diminuições:					89.390,73	89.390,73
Tipo de Modificação : RPI - REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 1		
Orgânica	Economica	Plano	Designação ( Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010305	2008 I 18	CENTRO ESCOLAR DA ERMIDA - AMPLIAÇÃO EDIFÍCIO ESCO	957.499,15		89.390,73
02	07010301	2012 I 8	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DO MUNCIC	53.000,00	89.390,73	
Total de Aumentos/Diminuições:					89.390,73	89.390,73
Total Geral :					178.781,46	178.781,46

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA					Página: 1
CM S TIRSO		MODIFICAÇÃO NUMERO: 1	REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA	NUMERO 1	DO ANO CONTABILISTICO DE 2012	DATA DE APROVAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS				DESPESA			
				DOTAÇÃO  ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTTE
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA      ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES				
02		CÂMARA MUNICIPAL	8.867.887,61	89.390,73	89.390,73	8.867.887,61	
	07	Aquisição bens capital	8.867.887,61	89.390,73	89.390,73	8.867.887,61	
	0701	Investimentos	8.867.887,61	89.390,73	89.390,73	8.867.887,61	
	070103	Edifícios	8.867.887,61	89.390,73	89.390,73	8.867.887,61	
	07010301	Instalações serviços	3.653.184,71	89.390,73		3.742.575,44	
	07010305	Escolas	5.214.702,90		89.390,73	5.125.312,17	
TOTAL ...			8.867.887,61	89.390,73	89.390,73	8.867.887,61	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ....							
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				89.390,73	89.390,73		

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Aprovada em reunião de \_\_\_\_

O Presidente da Camara, \_\_\_\_\_

Os Vereadores:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

ENTIDADE

CM S TIPO

MODIFICAÇÃO NÚMERO : 1

REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS

DO ANO CONTABILÍSTICO: 2012

NÚMERO: 1

DATA DE APROVAÇÃO

MODIFICAÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

42

PÁGINA : 1

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO EM ANOS ANTERIORES	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)				DOTAÇÃO SEQUINTE				
						ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE	ANO EM CURSO			ANOS SEGUINTE
						TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA		DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013		SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	
1.		Funções gerais			53.000,00	53.000,00		371.000,00	89.390,73		-89.390,73		142.390,73	142.390,73		281.609,27	
1.1.		Serviços gerais de			53.000,00	53.000,00		371.000,00	89.390,73		-89.390,73		142.390,73	142.390,73		281.609,27	
1.1.1.		administração pública															
1.1.1.1.		Administração geral			53.000,00	53.000,00		371.000,00	89.390,73		-89.390,73		142.390,73	142.390,73		281.609,27	
1.1.1.1.	01	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	DPH/DOM	02	07010301	53.000,00	53.000,00	371.000,00	89.390,73		-89.390,73		142.390,73	142.390,73		281.609,27	
		DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO															
2.		Funções sociais			957.599,15	957.599,15			-89.390,73		89.390,73		868.208,42	868.208,42		89.390,73	
2.1.		Educação			957.599,15	957.599,15			-89.390,73		89.390,73		868.208,42	868.208,42		89.390,73	
2.1.1.		Ensino não superior			957.599,15	957.599,15			-89.390,73		89.390,73		868.208,42	868.208,42		89.390,73	
2.1.1.1.	09	CENTRO ESCOLAR DA FEMIDA -	DPH/DOM		957.599,15						89.390,73		868.208,42			89.390,73	
		AMPLIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR															
		-SANTA CRISTINA COUTO															
2.1.1.1.	09			02	07010305		957.499,15		-89.390,73					868.108,42			
2.1.1.1.	09			02	070101		100,00							100,00			
TOTAL ...						1.010.599,15	1.010.599,15	371.000,00					1.010.599,15	1.010.599,15		371.000,00	

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_



**4. EMPREITADA: "CENTRO ESCOLAR DA ERMIDA – AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR – SANTA CRISTINA DO COUTO": APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.-----**

Presente a minuta do contrato da empreitada acima identificada, aprovada por despacho do presidente da câmara municipal de dez do corrente mês de janeiro, exarado na própria minuta.-----

A câmara municipal deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho do presidente da câmara municipal.-----

Anexou-se cópia da minuta do contrato à minuta da ata desta reunião da câmara municipal, que ficou a constituir o anexo I da mesma, constituído por onze páginas.-----

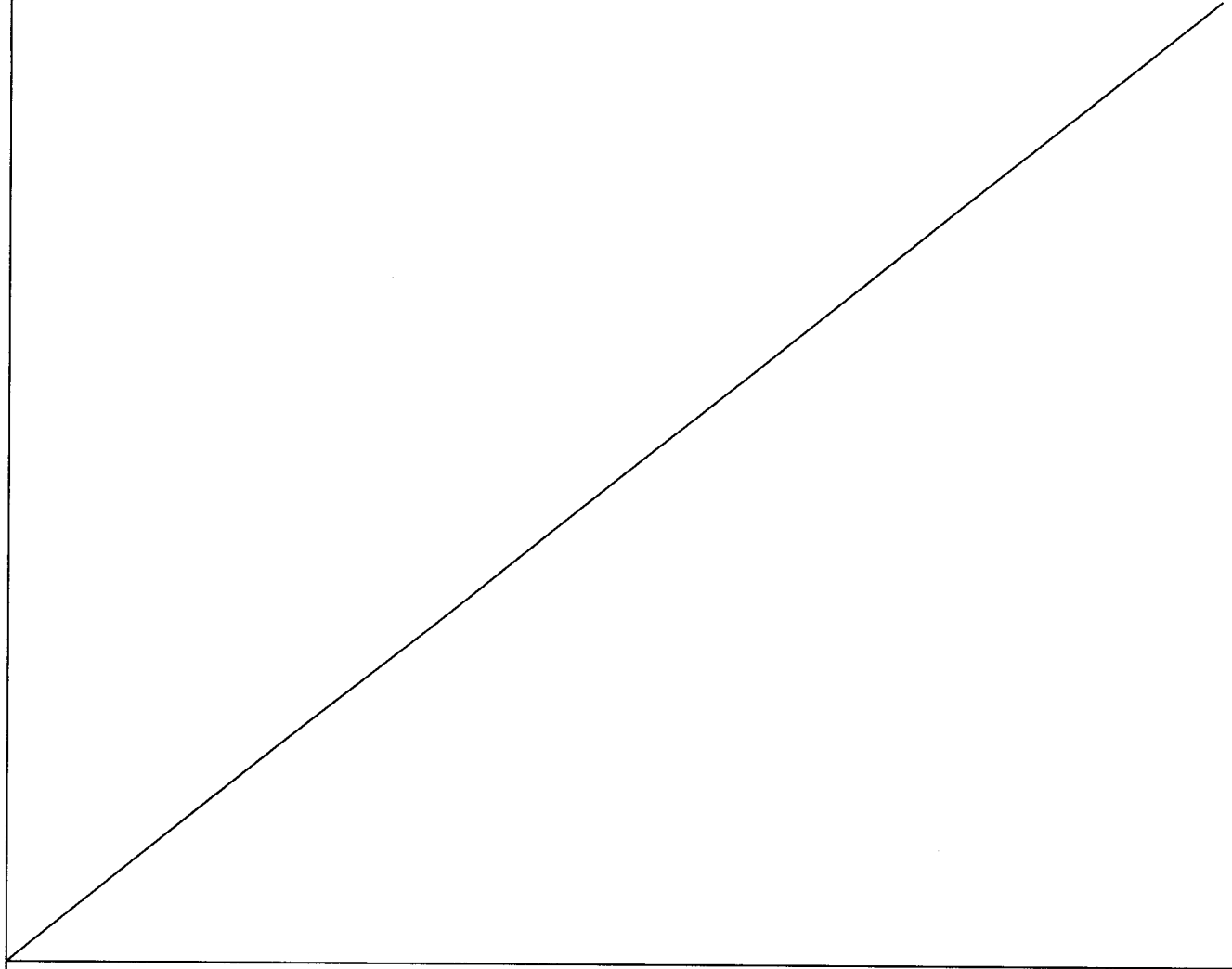


A  
77

**5. EMPREITADA: “UNIDADE DE SAÚDE DE AREIAS – CONCLUSÃO” –  
ADITAMENTO AO CONTRATO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE.---**

Presente o despacho do presidente da câmara municipal de cinco do corrente mês de janeiro, que aprovou a minuta do aditamento ao contrato de empreitada acima referida, celebrado em catorze de junho de dois mil e onze, que consiste na alteração do n.º 3 da cláusula 4ª do aludido contrato.-----

A câmara municipal deliberou, com sete votos a favor, ratificar o aludido despacho, do qual se anexa cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo I da mesma.-----





A

7

**6. COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS COM O EXPEDIENTE E LIMPEZA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO 1º CICLO E PRÉ-ESCOLAR: PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM JUNTAS DE FREGUESIA E AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DO CONCELHO.-----**

Presente informação de dezassete do corrente mês de janeiro, da diretora do departamento de educação, desporto e ação social, registada com o número seiscentos e um, a propor a celebração de um protocolo com juntas de freguesia e agrupamentos de escolas do concelho, tendo por objeto estabelecer as condições de atribuição aos agrupamentos de escolas do concelho duma comparticipação anual para custear despesas com expediente e limpeza dos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar, nos termos da minuta do protocolo que se anexa à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo II da mesma.-----

O montante global a transferir para os diversos agrupamentos de escolas no ano de dois mil e doze é de 37.550,00 € (trinta e sete mil quinhentos e cinquenta euros), distribuído em conformidade com o quadro junto à referida minuta do protocolo e que constitui o anexo I da mesma.

A respetiva despesa será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento número 207/2012, de dezassete do corrente mês de janeiro.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar um protocolo com as juntas de freguesia e com os agrupamentos de escolas identificados na minuta de protocolo anexa, e nos termos da mesma minuta, com o objetivo de comparticipar nas despesas de expediente e limpeza dos estabelecimentos de ensino.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



**7. PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 842 - S. MARTINHO DO CAMPO – CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE PRÉDIO URBANO – APROVAÇÃO DA MINUTA.-----**

Presente a minuta do protocolo a celebrar com o Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 842 de S. Martinho do Campo, que tem por objeto estabelecer as condições de cedência da utilização do prédio urbano sito na rua da Aldeia do Monte, freguesia de S. Martinho do Campo, (onde funcionou a extinta EB1/JI de Aldeia do Monte), para funcionamento da sede daquele agrupamento de escuteiros.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal aprovasse a minuta do aludido protocolo, da qual se junta cópia à ata da presente reunião e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma, composto por quatro folhas.-----

A câmara municipal deliberou, com sete votos a favor, aprovar a minuta do aludido protocolo.-----



**8. OUTROS SUBSÍDIOS.**-----

**A) À ASSOCIAÇÃO KARATÉ SHOTOKAN DE VILA DAS AVES:  
ORGANIZAÇÃO DO XVII GRANDE TORNEIO DE KARATÉ, X INTERNACIONAL E O  
VII OPEN DE CAMPEÕES NACIONAIS: PEDIDO DE SUBSIDIO.**-----

Presente ofício de dezanove de dezembro findo, da associação acima identificada, registado com o número cento e sessenta/dois mil e doze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a organização das competições desportivas acima identificadas, que terão lugar no dia vinte e oito do corrente mês de janeiro no Pavilhão Desportivo Municipal de Santo Tirso.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à Associação Karaté Shotokan de Vila das Aves um subsídio no montante de 2.000,00 € (dois mil euros) e apoio logístico e administrativo à realização do evento.-----

A respetiva despesa será suportada pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental n.º 306/2012, de vinte do corrente mês de janeiro.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



**9. PROCESSOS DE LICENCIAMENTO DE LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES.**-----

**A) CAID – COOPERATIVA DE APOIO À INTEGRAÇÃO DO DEFICIENTE (Requerimento registado na DOP com o número 236/12).**-----

Presente o requerimento da CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente, de vinte e nove de dezembro findo, entrado na Divisão de Obras Particulares no dia treze do corrente mês de janeiro, a solicitar alteração à propriedade horizontal do prédio urbano sito na Rua Américo Ferreira da Fonseca, números 16, 30, 44 e 50, freguesia de Areias, concelho de Santo Tirso, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número setecentos e seis e inscrito na matriz predial respetiva sob o artigo mil trezentos e trinta e seis, relativamente às frações “C” e “J”, que são propriedade da requerente.-----

A requerente pretende a junção daquelas duas frações e a alteração do uso de habitação para uma unidade de Residência Autónoma.-----

Quanto à alteração da propriedade horizontal o pedido formulado reúne as condições legais, de harmonia com o previsto nos artigos 1414º e 1415º do Código Civil, conforme informação da Divisão de Obras Particulares de dezoito do corrente mês de janeiro.-----

A alteração de funções requer a autorização de dois terços dos condóminos, de harmonia com o previsto no n.º 4 do artigo 1422º do Código Civil.-----

As restantes frações são propriedade do município de Santo Tirso, que as adquiriu por contrato de compra e venda celebrado na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso em vinte e oito de dezembro de dois mil e nove.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse autorizar a condómina CAID a proceder à alteração de funções das referidas frações autónomas e, consequentemente, deferir o respetivo pedido de alteração da propriedade horizontal.-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar a proposta.-----





A

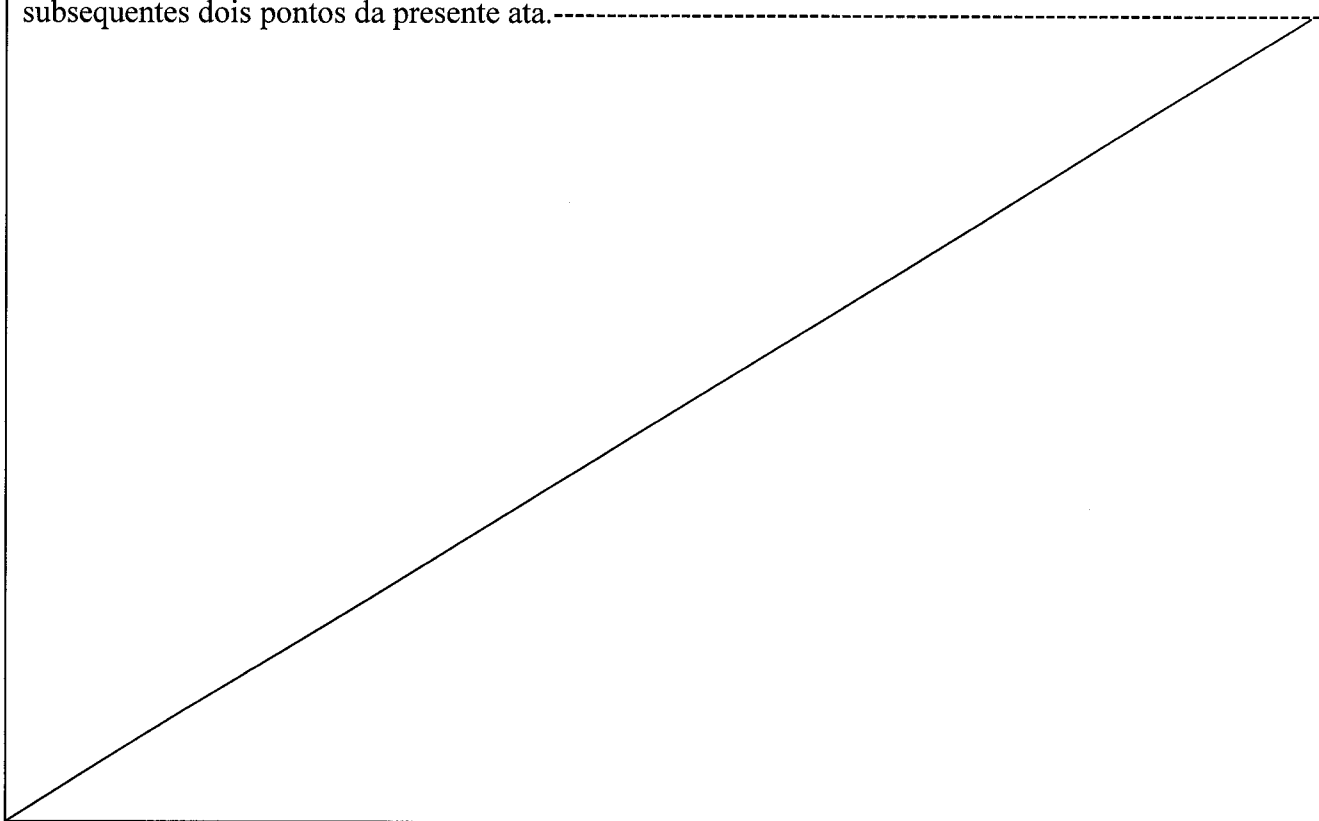
7

Finda a discussão e votação dos assuntos previamente incluídos na ordem do dia da presente reunião, o senhor presidente propôs, ao abrigo do disposto no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de setembro, que o executivo camarário reconhecesse a urgência de deliberação imediata sobre os seguintes assuntos:-----

- **Empreitada: “Requalificação Urbana da cidade de Santo Tirso – Praça General Humberto Delgado”: Execução de trabalhos para suprimento de erros e omissões do projeto: Ratificação de despachos do presidente da câmara.**-----

- **Protocolo de colaboração a celebrar entre o município de Santo Tirso e o Dr. António Júlia Pinheiro Carneiro Leão Cardoso Correia de Miranda: Acesso ao fundo documental de Biblioteca particular: Aprovação.**-----

A câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre os referidos assuntos, os quais passam a constituir os subsequentes dois pontos da presente ata.-----





A

77

**10. EMPREITADA: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DA CIDADE DE SANTO TIRSO – PRAÇA GENERAL HUMBERTO DELGADO”: EXECUÇÃO DE TRABALHOS PARA SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES DO PROJETO: RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----**

Presente informação da Divisão de Vias, de vinte e nove de novembro último, registada com o número II\_0233/2011, a informar da necessidade de execução de trabalhos para suprimento de erros e omissões do projeto relativos à referida empreitada, cuja decisão de adjudicação foi tomada por deliberação da câmara municipal de vinte e oito de julho de dois mil e dez.-----

O valor dos trabalhos a executar para suprimento dos erros e omissões referidos naquela informação é de 13.195,45 € (treze mil cento e noventa e cinco euros e quarenta e cinco centimos), mais IVA.-----

Da correção a efetuar resultam trabalhos a menos no valor de 15.585,81 € (quinze mil quinhentos e oitenta e cinco euros e oitenta e um centimos), valor esse que é deduzido ao preço contratual, de harmonia com o previsto no n.º 2 do artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.----

Da situação em apreço não resulta um agravamento dos encargos financeiros com a referida empreitada, pelo que não é necessário proceder ao reforço da respetiva dotação orçamental, constante da proposta de cabimento número 3412/2011, validada no dia dois do corrente mês de janeiro.-----

O senhor presidente submeteu à ratificação da câmara municipal o seu despacho de trinta de novembro último, que autorizou a execução dos referidos trabalhos para suprimento de erros e omissões, e autorizou que se ordenasse ao empreiteiro a não execução de trabalhos incluídos no contrato inicial, no valor acima referido.-----

Submeteu ainda à ratificação da câmara municipal o seu despacho de dezanove do corrente mês de janeiro, que aprovou a minuta do contrato adicional de suprimento de erros e omissões do projeto, do qual se anexou cópia à minuta da ata da presente reunião e dela ficou a

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Ata N.º 2 Fl 51  
23 de janeiro de 2012

A

7

fazer parte integrante, o que constituiu o anexo II da mesma.-----

A câmara municipal deliberou, com sete votos a favor, ratificar os aludidos despachos.-----



A

7

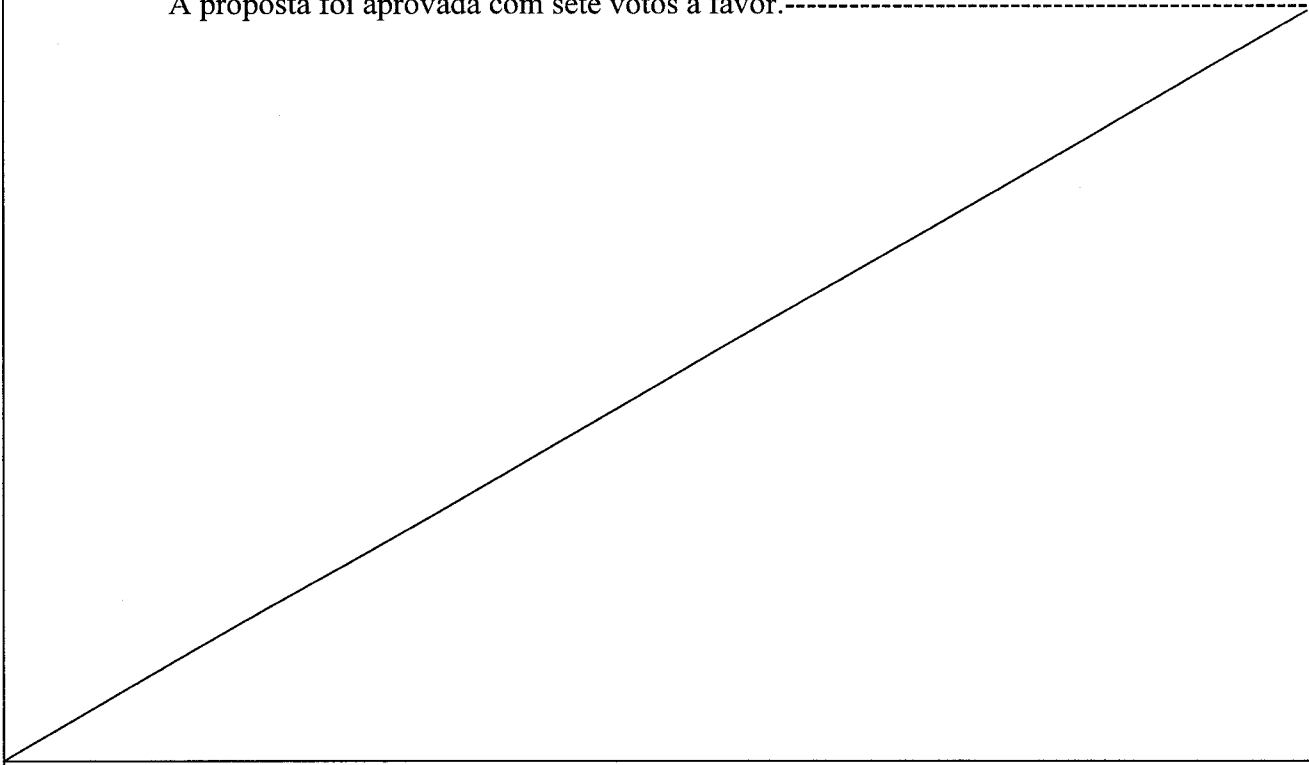
**11. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E O DR. ANTÓNIO JÚLIA PINHEIRO CARNEIRO LEÃO CARDOSO CORREIA DE MIRANDA: ACESSO AO FUNDO DOCUMENTAL DE BIBLIOTECA PARTICULAR: APROVAÇÃO.**-----

Presente a minuta do protocolo a celebrar entre o município de Santo Tirso e o Dr. António Júlia Pinheiro Carneiro Leão Cardoso Correia de Miranda, tendo por objeto estabelecer as condições de acesso a documentos, tecnicamente tratados e disponibilizados em catálogo online, pertencentes ao fundo documental da Biblioteca Particular do Dr. António Júlia Miranda, por parte dos utilizadores da Biblioteca Municipal de Santo Tirso.-----

Anexou-se à minuta da ata da presente reunião e dela ficou a fazer parte integrante, o que constituiu o anexo III da mesma, cópia da referida minuta de Protocolo.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a celebração do referido Protocolo, nos termos da minuta anexa.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



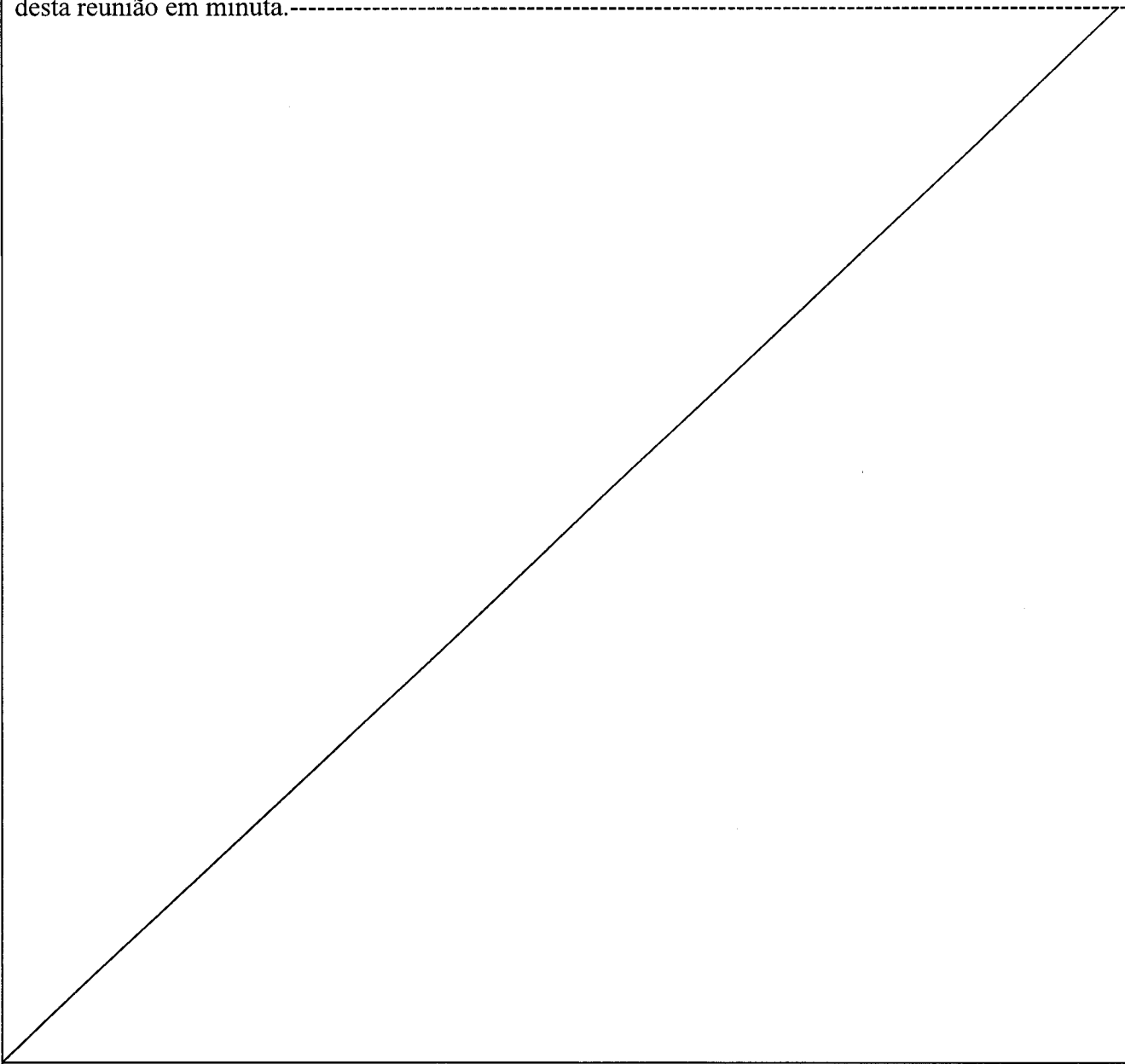


A

7

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** No final da discussão e votação dos assuntos constantes desta ata, foi lida a respetiva minuta, para efeitos da sua aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de setembro.-----

A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes na reunião, aprovar a ata desta reunião em minuta.-----

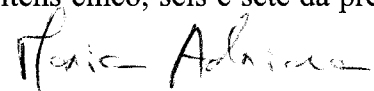


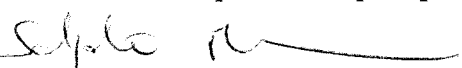


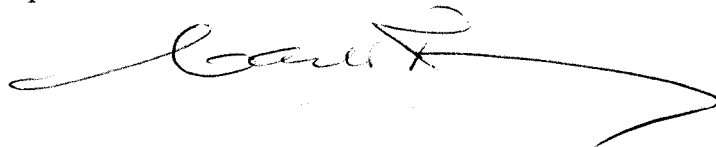
A

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas e vinte e cinco minutos, sem público assistente.-----

E para constar se lavrou a presente ata que tem cinquenta e quatro folhas, apenas utilizadas no anverso e três documentos anexos, relativos aos itens cinco, seis e sete da presente ata, todos rubricados por mim e pelo presidente da câmara, que eu 

  
funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.



**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 1 / 2 / 2012 conforme consta do item um da respetiva ata (folhas Seis da respetiva minuta).-----

A Secretária,

